



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL SUL DA PARAIBA  
(CBH - LS)

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO  
LITORAL SUL CBH-LS - 2025**

Aos vinte um dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, as 08h30min, no Auditório do COMSEDER, situada a Av. Duarte da Silveira, s/n, Torre, Joao Pessoa PB, realizou-se a 3ª Reunião Extraordinária do CBH-LS para tratar da seguinte pauta: 1. Abertura; 2. Informes; 3. Aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária; 4. Apresentação do Relatório Executivo do Plano do Fundo Estadual de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba; 5. Discussão; 6. Deliberação sobre o Plano do Fundo Estadual de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba; 7. Apresentação do técnico da AESA responsável pela coordenação e integração dos trabalhos técnicos no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Sul (CBH-LS), bem como dos técnicos parceiros vinculados a cada instrumento de gestão de recursos hídricos, visando fortalecer a articulação entre as equipes envolvidas, otimizar a execução das atividades técnicas e garantir a coerência das ações desenvolvidas no âmbito da gestão integrada dos recursos hídricos das bacias hidrográficas. Após a verificação de quórum, a Sra. Ana Cristina Sousa da Silva, Presidente do CBH-LS, abriu a reunião, saudou a todos, agradeceu as presenças, fez a leitura da Pauta e fez uma breve apresentação de todos os presentes passou ao item 2 informes – A Sr. Ana Cristina perguntou se alguém teria algum informe. A Sra. Maraci de Sousa – Subgerente de Gestão Participativa informou e convidou todos a participarem do III Simpósio de Recursos Hídricos e do III Simpósio de Segurança de Barragens nos dias 12 e 13 de novembro, no auditório da PBTUR, em João Pessoa-PB, já foi enviado por e-mail e no grupo do WhatsApp do comitê a programação e o link de inscrição. No dia 23 de novembro acontecerá uma capacitação sobre Cobrança pelo uso da água bruta, com a Gerente de Sustentabilidade Financeira e Cobrança da AESA Betânia e o Subgerente Michael. A Sra. Ana Cristina dando continuidade aos informes, inicialmente mostrou o vídeo da entrevista que foi publicada agora no último domingo que apresentamos o que é o comitê, as potencialidades e desafios das Bacias que compreendem o comitê do Litoral Sul. Também informou que a diretoria fez uma apresentação sobre o que é o comitê em um colégio em Pedras de Fogo, próximo a GIASA em parceria com um projeto da UFPB, e com o Movimento esgotei, levou alguns alunos para conhecerem três nascentes, acredito que seja importante conversamos com a GIASA também para no próximo ano podemos fazer uma reunião do comitê em Pedras de Fogo e visitar essas nascentes, elas são de fácil acesso. Essa ação foi bem divulgada. Sobre a entrevista anterior,

também participaram o Ministério Público Federal que falou sobre a legislação, mas penso que alguns já estão aqui alguns anos trabalhando e sabem o seu papel e que a lei existe, o que falta é ser plenamente executada, por exemplo, essa poluição do Rio Gramame no Distrito Industrial, em uma reunião do comitê foi identificado que as outorgas de água de lançamento de efluentes estavam indo para um sistema que não existia e que a CINEP falou que não ia mais autorizar que as outorgas fossem para esse sistema, se não existe esse sistema o esgoto industrial iria para onde, para os rios Mussuré e Jaguaribe e temos que ver a gravidade disso, faz mais de 30 anos que o distrito industrial existe. Tem uma estação de tratamento que inclusive foi invadida e nunca foi operada, o comitê fez a solicitação para que as outorgas em relação ao lançamento de efluentes sejam regularizadas para não irem todas para os rios, ou seja, as indústrias vão ter que se adaptarem, fazer algum tratamento e finalizou os informes com uma retrospectiva apresentando as principais discussões das reuniões anteriores. E também pedimos a AESA/ANA sobre o rio Popocas que seja apresentado ao comitê a questão do conflito sobre a dominialidade, quando solicitamos algumas ações de desassoreamento fomos informados que não seria possível por ser um rio federal e a responsável seria a ANA, mas temos o conflito que já houve captação de cobrança de recurso nesse rio e o Comitê propõe que seja tratado essa questão na próxima reunião, o ofício para ANA ainda será enviado. No dia três vai ter uma audiência pública na assembleia legislativa convocada por uma deputada e o comitê foi convidado. Vai ser tratado sobre essa questão da poluição e no dia 14 de novembro vamos ter uma ação da Escola Viva Olho do tempo sobre o tema “o Rio Gramame é Luxo e não Lixo” foi enviado um ofício para a AESA solicitando apoiar a participação dos membros e um para apoiar o evento, como aprovado em reunião. Em seguida, colocou a Ata para aprovação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade a Sra. Ana Cristina leu um trecho da política nacional de recursos hídricos, como o nosso próximo ponto de pauta trata sobre a cobrança de água bruta, antes de iniciar fez um resgate sobre o que a política fala sobre isso. Então, os valores arrecadados com a cobrança serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados, isso é o artigo 22 da Política Nacional, ainda temos onde vai ser aplicado na bacia e 7,5% para o funcionamento do sistema de gerenciamento, o restante deve ser aplicado em ações na bacia, após esses esclarecimentos convidou a Técnica Sra. Lovânia para fazer a apresentação do Item 4. Apresentação do Relatório Executivo do Plano do Fundo Estadual de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba: A Sra. Lovânia apresentou-se e colocou que participou diretamente da elaboração do plano de aplicação do Fundo Estadual que este ano foi feito Plurianual (2026-2029) para não comprometer o andamento das ações e esse plano já contempla os programas dos Planos de Bacias que já foram aprovados pelo comitê, o de 2026 já está fechado, porque já passou por reunião da câmara técnica e foi aprovado, já temos o parecer da câmara técnica, o de 2027 a 2029 ainda não está finalizado, vocês podem ver que os valores

71 são bem diferentes, essa planilha foi enviada para todos os membros, vão ser contemplados mais  
72 programas, mais ações e nesse plano entrou todos os programas, 90% desses programas são  
73 atividades de rotina da AESA e constam no plano estadual e nos planos de bacias. Explicou que  
74 conforme a legislação a AESA é a secretaria executiva dos comitês e a responsável pela gestão  
75 dos recursos do FERH, então a AESA tem que elaborar o plano de aplicação e implementar as  
76 ações propostas. No dia 12 de julho foi enviado o e-mail para as diretorias colegiadas dos comitês  
77 solicitando indicações de alguns programas e ações previstas no plano para serem contemplados,  
78 não recebemos sugestões, foi feita uma reunião no comitê do litoral sul também para discutir  
79 isso, mas também não saiu com nenhuma deliberação. Então, a AESA elaborou com as  
80 contribuições da secretaria de recursos hídricos e vai ser aprovado amanhã na reunião do CERH,  
81 como já disse a AESA em julho tem a obrigação de solicitar as informações aos comitês, em  
82 agosto compatibilizamos todos esses programas, passa pelas reuniões de câmaras técnicas e em  
83 setembro passa pelo CERH, este ano atrasou um pouco devido a outras atividades e apresentou  
84 os programas contemplados no plano e as ações priorizadas e emergenciais temos a atualização  
85 do enquadramento que está em processo de licitação, porque tivemos alguns contratemplos,  
86 judicialmente temos que fazer de forma muito correta. Também está em andamento o projeto  
87 Corredor das Águas através de convênio com a SEMAS já está em fase de finalização, falta só  
88 eles cadastrarem a conta bancária na CGE e em seguida a SEMAS vai iniciar. Ainda apresentou  
89 a planilha com os recursos necessários para a implementação das ações com base nos programas  
90 divididos por bacias, então para o ano de 2026 temos um quantitativo de 17.411.603,29  
91 (dezessete milhões, quatrocentos e onze mil, seiscentos e três reais e vinte nove centavos) esse  
92 quantitativo foi previsto para ser executado, o valor de 2027 está menor, mas com certeza vamos  
93 ter outras ações e valores para incluir. Esses documentos foram enviados para todos os membros  
94 do comitê e finalizou a apresentação. A Sra. Ana Cristina agradeceu pela apresentação e pediu  
95 para o primeiro secretário realizar as inscrições para perguntas. O Sr. Edielson (Prefeitura de  
96 Alhandra) questionou desse valor arrecadado quanto desse recurso apresentado foi investido nas  
97 bacias do Litoral Sul e que o projeto foi feito até hoje, porque apresentamos um projeto e uma  
98 relação de assinatura de 200 famílias ao comitê, o comitê enviou para AESA e a resposta que  
99 tivemos foi que não podiam fazer nada porque o rio era federal. Acrescentou que não vai se  
100 conformar enquanto não ver a recuperação de uma nascente em Alhandra e sem falar nos outros  
101 projetos apresentados ao comitê que também não foram atendidos. A Sra. Lovânia respondeu  
102 que o recurso da cobrança fica na conta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH e os  
103 recursos arrecadados são investidos na sua bacia de origem. A Sra. Ana Paula (Usuário de água)  
104 pediu uma resposta para a comunidade de Mucatu sobre o projeto. A Sra. Lovânia, respondeu  
105 que o projeto sobre o rio Mucatu foi aprovado pelo comitê com ressalvas, não está falando dos  
106 objetivos que são bem claros, acessíveis e não são difíceis de serem cumpridos, tanto é que está

previsto no plano de 2026 uma série de ações que contemplam o referido projeto, agora a quantidade de recursos e equipamentos solicitados a AESA legalmente não tem como adquirir para uma prefeitura, porque não tem como justificar. O Sr. Josinaldo falou que na reunião em Alhandra com a CAGEPA sobre a construção da Barragem na região para captação de água onde a tubulação passaria por dentro da cidade de Alhandra, levando água dessa barragem para a região metropolitana de João Pessoa. O Prefeito solicitou que a CAGEPA contribuísse para melhorar a estrutura da cidade no sentido de compensar alguma coisa relativa a essa obra e também a qualidade dos mananciais, já que a CAGEPA tira uma quantidade de água considerada daquele município. Pessoas presentes à reunião inclusive da Agricultura Familiar falaram da necessidade da limpeza da Calha (ao Comitê) e a recuperação da mata ciliar (CAGEPA), uma coisa está ligada a outra. A CAGEPA disse ser cliente, compra a água para distribuir quem deve fazer a limpeza é a AESA, há quem diga que quem precisa fazer a recuperação ambiental é o agricultor porque mora na beira do rio, mas quem retira água de lá, não precisa fazer nada. Quem precisa cuidar disso. Muito e fala no PSA, quem vai fazer esse pagamento. Se é o agricultor que tem que cuidar. Qual o papel da AESA. da CAGEPA. E da SEIRH. Quem vai fazer o que nessa recuperação da mata ciliar. Na última reunião do CBH-LS foi solicitado uma apresentação do corredor das águas e alguém falou claramente que esse projeto é parecido com um já apresentado aqui e que não deu certo. Acontece que se elabora um projeto que encanta a todos, mas vai lá capacita, mas para que. Qual o resultado dessa capacitação, vai ensinar ao agricultor plantar uma árvore. Ele já sabe fazer isso, depois vai embora, isso não prospera, precisa o acompanhamento do técnico quinzenalmente. Ela diz que a AESA é responsável pela gestão. A Professora Ana Cristina apresentou o trecho da Lei que norteia como vai ser esse sistema. Para que serve essa Lei se é 70, 80% dos recursos aplicados na Bacia, em que. É só ensinar o agricultor e deixar pra lá, precisa entender isso. Solicita que a Sra. Lovânia diga se tem ação prevista nesse sentido de fazer a recuperação dentro das bacias hidrográficas do Litoral Sul, não, mais tem ações do projeto corredor das águas, mais essas vai fazer recuperação de mata ciliar, plantar árvores e etc. Essa última visita nas nascentes de pedras de fogo mostrou que foi feito recuperação de nascentes já apresentada que já tinha sido recuperada, e uma obra do estado destruiu a recuperada e arrebentou a nascente. Então quer entender o que se está fazendo nessa reunião, se o próprio estado destruiu a nascente, todos que ali está é para discutir a questão ambiental no sentido que haja melhoria, na qualidade do ar e da água e etc. A Sra. Ana Cristina disse que tem orgulho desse Comitê porque trabalham honestamente. A Sr. Ana Cristina colocou que a Câmara não aprova, esse não é o papel da Câmara técnica, perguntou se os conselheiros da Câmara tinham recebido esse documento do plano. E que tinha recebido um e-mail pedindo contribuições, mas não tinha documento para contribuir, e que por isso foi marcada a primeira reunião, em que não foi apresentado um documento do fundo, e também ressaltou que os programas do novo plano de

bacia iriam entrar no documento do fundo, e ainda seria aprovado, por isso seria necessária outra reunião para tratar do fundo. A primeira coisa que foi apresentado nessa Pauta é que vai aplicar no Plano de Bacia, mas onde aplicar na bacia, questionou, quanto de valor essa bacia disponibiliza (Gramame e Abiaí) tanto do ano passado como o que vai ser arrecadado e não foi apresentado, na apresentação tinha coisa do Litoral Norte, do Paraíba e se estava no Litoral Sul, pela lei o recurso da cobrança arrecadado na bacia é aplicado em programa na bacia. Então teve o Plano de Bacia aprovado em 18/09/25 no Comitê, não existem só ações emergenciais. Inclusive a CAGEPA estava presente na reunião do GET, e o Comitê solicitou para colocar a ação emergencial para nascentes de Pedras de Fogo, e disseram que não era necessário porque ia entrar como prioridade, que geralmente prioridade pode ser executado no ano assim como emergencial e não tinha necessidade emergencial. O Comitê implementar o Plano de Bacia com dinheiro do FERH. Esse documento simplesmente deve trazer o que já foi aprovado. Em relação ao projeto do Professor Gilson, a Sra. Ana Cristina lembra que o Comitê solicitou numa reunião no ano anterior para tratar do fundo estadual de recursos hídricos, um manual de execução do fundo estadual de recursos hídricos, a revisão da cobrança, abertura de editais e chamamento público porque qualquer um pode submeter, mas o que está colocado é que fica com a AESA aplicar o recurso, então vai solicitar essa recondução de projetos aprovados no ano anterior, inclusive do Cronograma específico, quando vai sair os editais, quanto tempo vai durar quando vai mostrar o resultado e etc. A questão é aceitar outros setores que precisam trabalhar para contribuir com a bacia. Vai fazer três encaminhamento, reconduzindo o mesmo ofício. Antes não tinha o Plano de Bacia, agora tem, e consta essa prioridade que começa em 2025 e está aprovado que dentro desse Plano do Fundo Estadual entre o que está no Plano de Bacia os valores já aprovados para ele, e o Comitê concordou. O Sr. Edielson, pede para incluir para aprovação que a AESA informe o valor arrecadado na Bacia do Litoral Sul, do Litoral Norte e Bacia do Rio Paraíba e Ana Cristina acrescentou também que fosse encaminhado para o CERH Arrecadação e aplicação por bacia para que a Lei esteja sendo cumprida. Foi colocado para deliberação e foi aprovado por unanimidade. A Sra. Lovânia solicitou para apresentar novamente as ações que consta no Plano de Bacia do Litoral Sul, as atividades de cada uma e os recursos previstos de acordo com o orçamento que consta no Plano para 2026 detalhado na Planilha e consta no site da AESA inclusive os recursos arrecadados e por bacia de 2015 a 2024. A Sr. Ana Cristina disse que a apresentação é para isto, deveria ter sido feito no início da reunião. A Sra. Lovânia abriu o site e mostrou onde consta todas essas informações por bacia e os respectivos valores arrecadado. O **Sr. Edielson** solicitou para ver as despesas realizadas com essas bacias se foi em reflorestamento, educação ambiental ou outras atividades. **A Sra. Lovânia** disse não ter, no momento como informar direito o que foi feito em cada uma delas no relatório de prestação de contas consta região por Comitê, não tem por bacia. A Sra. Ana Cristina, não viu nesse relatório se todos os

179 programas planejados para 2025 estava nesse documento. A **Sra. Lovânia** disse que todos de  
180 2024 e 2025 estão contemplados. A Sra. Ana Cristina disse que pela Lei quem é responsável  
181 pela elaboração do Plano é a AESA, então o Comitê solicitou em uma reunião passada a AESA  
182 uma apresentação do Plano de Bacia, mas a apresentação não foi realizada, e depois houve uma  
183 outra reunião para aprovação do Plano e também não esteve técnico responsável pela elaboração  
184 do Plano da AESA, uma empresa pode ser contratada, mas a AESA continua como responsável  
185 pela elaboração de plano de Bacia. Na última reunião o comitê deliberou para solicitar um  
186 representante técnico integrador para tratar diretamente com o Comitê, e quais técnicos por  
187 instrumento de recursos hídricos para tratar com o CBH, e foi feito um ofício solicitando essa  
188 apresentação. A Sra. Maraci de Sousa (subgerente de Gestão participativa da AESA) disse que  
189 conversou com o Diretor Waldemir, e que não tem técnico direto para o CBH-LS, quando o  
190 CBH-LS tiver alguma demanda de técnico, ele faz um ofício solicitando e a AESA responde. Na  
191 reunião de hoje a pessoa que representa a AESA no CBHJ-LS é Andrea Cartaxo, mas ela está de  
192 licença. A Sra. Ana Cristina disse que o Comitê tem essa dificuldade de ser atendido  
193 tecnicamente, que as reuniões ocorrem e são organizados, mas é preciso também ter esse  
194 atendimento técnico para o CBH, por isso a solicitação, e que pediria de novo por ofício indicação  
195 de técnico, como foi aprovado, para ficar diretamente com o CBH-LS. O Comitê é muito  
196 importante na Gestão de Recursos Hídricos, ou seja, é a base. Nada mais havendo a tratar, A  
197 Presidente Ana Cristina encerrou a reunião e eu Ivanildo Santana Duarte – 1º Secretário Geral,  
198 lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será anexado a lista das presenças.

199









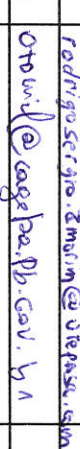
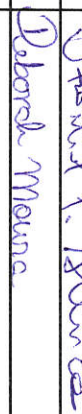



## Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul da Paraíba - CBH-LS

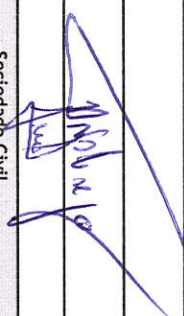

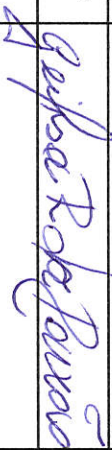


### LISTA DE PRESENÇA

Assunto: 3ª Reunião Extraordinária do CBH-LS do ano 2025  
Data: 21/10/2025

Local: Auditório do COMSEDER Município: João Pessoa-PB

Poder Público Municipal						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Prefeitura Municipal de Alhandra	Edielson Nunes dos Santos			Alhandra
	S	Prefeitura Municipal de Pedras de Fogo	Pablo Lima Santos		Pedras de Fogo	
2	T	Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo	Ana Claudia Ferreira da Silva			Cruz do Espírito Santo
	S	Prefeitura Municipal de Conde	Walber Farias Marques			Conde
3	T	Prefeitura Municipal de Pitimbu	Gilson Ferreira de Moura			Pitimbu
4	T	Prefeitura Municipal de João Pessoa	Pedro Henrique Caetano de Flores			João pessoa
Usuários de Água						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Agro Industrial Tabu S.A.	Mirian Flávia de Lira Miranda			Caaporã
2	T	Alpagatas S/A	Isabella Rosa de Afonseca			Santa Rita
	S	Coteminas S.A.	Julio Saraiva Torres Filho			João Pessoa
3	T	Ana Paula Paulino de Santana	a mesma			Pitimbu
	S	Edivaldo Xavier da Silva	o mesmo			
4	T	Centrais Elétricas da Paraíba S.A. - EPASA	Rodrigo Sérgio Amorim da Paz			João Pessoa
5	T	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA	Otoniel Pedroza de Alencar			João pessoa
6	T	CSN Cimentos Brasil S/A	Deborah Lucena Moura			Caaporã
7	T	Elizabeth Cimentos Ltda	Thayse Silva de Moura			João pessoa



8	T	Hidroenov Soluções Geológicas Ltda	Cinthya de Deus Souza			
9	T	Joabson Santos Nóbrega	o mesmo			CODE
10	T	Usina Gíasi Ltda	Luciano Alberto Lins Filho		Luciano. Filho do grupo com 1h	Pedras de Fogo
Sociedade Civil						
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
1	T	Associação de Plantadores de Cana da Paraíba - ASPLAN	Alfredo Nogueira da Silva Neto			João Pessoa
	S	Associação dos Produtores e Trabalhadores Rurais de Mata da Chica	Genil Domingos dos Santos			Conde
2	T	Associação Comunitária dos Moradores Quilombolas de Mituassu	Geilson Roberto da Paixão			Conde
	S	Associação da Comunidade Negra de Ibitiranga	Reinaldo dos Santos Monteiro			Conde
3	T	Associação de Agricultores de Mata de Garabú	Washington Monteiro Cabral			Conde
	S	Associação Conde Orgânico	Daniel Warrella Pitsch			Conde
4	T	Congregação Holística da Paraíba - Escola Olho Vivo do Tempo	Ivanildo Santana Duarte			João Pessoa
	S	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Frei Anastácio	José Carlos Ferreira de Lima			Conde
5	T	Cooperativa dos Produtores e da Agricultura Familiar da Paraíba - COOPAF	Josinaldo Francisco da Silva			Alhandra
	S	Cooperativa dos Produtores de Tubérculos da Paraíba - INHAMECOP-PB	Otoniel Vieira da Silva			Conde
6	T	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA-PB	José Walter Borborema Arcoverde			João Pessoa
	S	Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Alhandra	Francieleide Pereira Silva Cavalcante			Alhandra
7	T	Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAEPA	Izaías Romário Soares do Nascimento			João Pessoa
	S	Sindicato dos Produtores Rurais de Caaporã	Dácio Martins dos Santos			Caaporã
8	T	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Ana Cristina Souza da Silva			João Pessoa
	S	Instituto ECCUS-IECCUS	Icaro de Franca Albuquerque			João Pessoa
Nº	Titular/Suplente	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail	Município
Poder Público Federal						
	T	Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI	Nilton Almeida de Melo Júnior			João Pessoa



1	S	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Luís Wagner Ferreira Guimarães			João Pessoa
Poder Público Estadual						
1	T	Agência Executiva de Gestão das Águas - AESA	Andrea Lira Cartaxo			João Pessoa
	S	Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	Taissa Regis dos Santos			João Pessoa
2	T		José Marinho de Lima			João Pessoa
	S	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba - EMPAER	Agnelo Augusto de Barros Campos			João Pessoa

Outros participantes:

1. Joenania Velouro
2. Elina Azev
3. Ivânia Rocha de Andrade - UFPB